

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	13
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	13
2. O MITO DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	14
3. AS VANTAGENS DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	15
4. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PREVIDENCIÁRIO [CONSULTA PREVIDENCIÁRIA]	15
5. OS DOCUMENTOS BÁSICOS INICIAIS.....	16
6. O PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	17
7. OS OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO.....	18
8. A CONTRATAÇÃO DO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	19
9. MODELO DE CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	21
CAPÍTULO 2 – CONHECIMENTOS BÁSICOS IMPRESCINDÍVEIS AO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	23
1. QUESTÕES A SEREM INVESTIGADAS NO PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO	23
2. SEGURADOS COM E SEM PRESUNÇÃO DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FILIAÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	26
3. ALIMENTAÇÃO PAGA HABITUALMENTE AO SEGURADO EM DINHEIRO E SUA COMPOSIÇÃO NO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	43
4. AJUSTES DE SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO (COMPLEMENTAÇÃO, AGRUPAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE EXCEDENTE)	58
5. TRABALHO RURAL ANTERIOR À COMPETÊNCIA NOVEMBRO/1991.....	125
6. PERÍODO CERTIFICADO DE ALUNO APRENDIZ COMO EMPREGADO.....	129
7. PERÍODO DE ESTÁGIO IRREGULAR COMO EMPREGADO	144

8.	EMPREGADO DOMÉSTICO ANTES E DEPOIS DA LC 150/2015.....	147
9.	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ANTES E DEPOIS DA EC 103/2019	154
10.	TARIFAÇÃO DE PROVA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	157
11.	INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO CÔMPUTO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	160
12.	CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO RPPS OU MILITAR	181
13.	TEMPO ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS E CONVERSÃO EM COMUM ATÉ 13/11/2019.....	246
14.	RETROAÇÃO DA DIC (DATA DE INÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES).....	247
15.	CÔMPUTO DO PERÍODO DE CARÊNCIA	248
16.	SALÁRIO DE BENEFÍCIO NA LEI 8.213/91	308
17.	SALÁRIO DE BENEFÍCIO NA EC 103/2019	355
18.	AJUSTES E INDICADORES NO CNIS (CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS)	361
19.	MICROFICHAS DO ANTIGO INPS	406
20.	DIREITO ADQUIRIDO E MELHOR BENEFÍCIO.....	409
21.	REAFIRMAÇÃO ADMINISTRATIVA DA DER (DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO)	435
22.	RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS PROGRAMADOS, NÃO PROGRAMADOS E DESAPOSENTAÇÃO INDIRETA	438
 CAPÍTULO 3 – REGRAS DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS		467
1.	APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS	467
1.1.	Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico	486
1.2.	Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais.....	544
1.3.	Aposentadoria por idade híbrida	584
2.	REGRAS BÁSICAS DA EXTINTA APOSENTADORIA POR IDADE URBANA...	604
3.	REGRAS BÁSICAS DA EXTINTA APOSENTADORIA APENAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO SEM IDADE MÍNIMA	608
4.	APOSENTADORIAS ESPECIAIS	614
4.1.	Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde	616
4.2.	Aposentadoria especial dos deficientes	965
5.	REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS APOSENTADORIAS – EMENDA 103/2019	996
5.1.	Artigo 15 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	997
5.2.	Artigo 16 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1004

5.3. Artigo 17 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1009
5.4. Artigo 18 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1015
5.5. Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional	1020
5.6. Artigo 21 – aposentadorias especiais por agentes nocivos – regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	1022
CAPÍTULO 4 – PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA NA PRÁTICA: ESTUDO DE CASOS	1027
1. CASO CONCRETO Nº 1. Direito adquirido; melhor benefício; filiação; segurado contribuinte individual; autônomo; empresário; segurado empregado; benefício por incapacidade laborativa intercalado com contribuição previdenciária; salário de contribuição de benefício por incapacidade; limitador teto; tempo de contribuição; carência; contagem da carência e do tempo de contribuição antes e depois da reforma da Previdência Social; averbação de contribuição previdenciária; descarte de salário de contribuição; projeção de contribuição; análise de CNIS; tempo de contribuição principal e secundário; aposentadoria por idade; aposentadoria programada; regra de transição da reforma da Previdência Social; direito adquirido e direito expectado; cálculos previdenciários; “ROI previdenciário”	1027
1.1. Análise Jurídica Previdenciária	1027
1.2. Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da Aposentadoria por idade de Acordo com a Regra de Transição da EC 103, de 2019	1071
1.3. Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da Aposentadoria por idade de Acordo com a Regra de Transição da EC 103, de 2019	1094
1.4. Planejamento Previdenciário nº 3 – Cálculo da Aposentadoria por idade de Acordo com a Regra de Transição da EC 103, de 2019	1116
1.5. Custo e Benefício: Comparativos dos Três Planejamentos	1138
1.6. Planejamento Previdenciário nº 4 – Cálculo da Aposentadoria Programada de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 2019.....	1139
1.7. Custo e Benefício: Comparativo dos planejamentos 2, 3 e 4	1160
1.8. Planejamento Previdenciário nº 5 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da aposentadoria por tempo de contribuição (art. 17 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019)	1161
1.9. Parecer final para o cliente	1174

2. CASO CONCRETO Nº 2. Empregada doméstica; análise de cnis; análise de ctps; vínculo extemporâneo; ratificação e averbação do vínculo de doméstico; aposentadoria por idade; aposentadoria programada; regra de transição da reforma da previdência social; averbação, retificação e ratificação de dados previdenciários; salário de contribuição; complemento positivo; cálculos previdenciários	1193
2.1. Análise Jurídica Previdenciária	1193
2.2. Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da Aposentadoria por Idade Urbana com fulcro nos artigos 48 a 51, e 25, II, da Lei 8.213, de 1991, e nos artigos 51 a 55 do RPS.....	1233
2.3. Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da Aposentadoria Programada de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 2019.....	1244
2.4. Parecer final ao cliente	1253
3. CASO CONCRETO Nº 3. Direito adquirido; expectativa de direito; melhor benefício; regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição; segurado empregado; análise de “ppp”; conversão de tempo especial em tempo comum; exposição ao agente nocivo ruído; retificação da data fim de vínculo empregatício; averbação de salários de contribuição; análise de cnis; análise de ctps; descarte dos salários de contribuição; contagem da carência e do tempo de contribuição antes e depois da reforma da previdência social; projeção de contribuições futuras.....	1263
3.1. Análise Jurídica Previdenciária	1263
3.2. Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição do art. 17 da EC nº 103, de 2019	1329
3.3. Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1343
3.4. Planejamento Previdenciário nº 3 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1357
3.5. Planejamento Previdenciário nº 4 – Cálculo da 4ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1382
3.6. Planejamento Previdenciário nº 5 – Cálculo da 1ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição.....	1412
3.7. Planejamento Previdenciário nº 6 – Cálculo da Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1435
3.8. Planejamento Previdenciário nº 7 – Cálculo da 3ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1448
3.9. Planejamento Previdenciário nº 8 – Cálculo da 4ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1472
3.10. Planejamento Previdenciário nº 9 – Cálculo da 1ª Regra de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição	1500
3.11. Comparativo dos Planejamentos.....	1521
3.12. Parecer final ao cliente	1522

4. CASO CONCRETO Nº 4: Expectativa de direito; antecipação da data da aposentadoria; projeção de contribuições; 4 ^a regra de transição da aposentadoria por tempo de contribuição; pagamento de contribuições em atraso; contribuinte individual; empresário; declaração de tempo de contribuição (dtc); regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição; contribuição extemporânea; empregado público; supremo tribunal federal; “roi previdenciário”	1539
4.1. Análise Jurídica Previdenciária	1539
4.2. Planejamento Previdenciário nº 1 – Cálculo da 4 ^a regra de transição da Aposentadoria por tempo de contribuição do art. 20 da EC nº 103, de 2019	1568
4.3. Planejamento Previdenciário nº 2 – Cálculo da 4 ^a regra de transição da Aposentadoria por tempo de contribuição do art. 20 da EC nº 103, de 2019	1581
4.4. Planejamento Previdenciário nº 3 – Cálculo da 4 ^a regra de transição da Aposentadoria por tempo de contribuição do art. 20 da EC nº 103, de 2019	1595
4.5. Planejamento Previdenciário nº 4 – Cálculo da 4 ^a regra de transição da Aposentadoria por tempo de contribuição do art. 20 da EC nº 103, de 2019	1608
4.6. Parecer final ao cliente	1621
REFERÊNCIA	1629